

Sumário

1. Introdução	1
1.1. As questões objeto deste livro.....	1
1.1.1. A moderna expressão do princípio da igualdade entre credores frente ao direito concursal atual: a análise de sua adaptação ao procedimento de recuperação judicial instituído pela LFRE.....	3
1.1.2. Os impactos que o tratamento diferenciado entre credores de uma mesma classe traz para a legitimidade da deliberação assemblear: análise quanto à conveniência da manutenção da votação por classes rígidas na forma estabelecida pela LFRE.....	7
1.1.3. O papel do Poder Judiciário na apreciação de eventual descumprimento ao princípio da <i>par condicio creditorum</i> – controle de legalidade, ou questão de natureza negocial?.....	10
1.2. A importância do tema	11
1.3. Metodologia.....	14
2. A <i>Par Condicio Creditorum</i> – Conceito e Análise Histórica.....	17
2.1. A <i>par condicio creditorum</i> – conceito e lógica	17
2.2. Criação e evolução histórica	24
2.3. Aplicação no direito brasileiro.....	31
2.4. Outras regras e princípios vigentes em ordenamentos estrangeiros	37
2.4.1. Reino Unido – a <i>pari passu rule</i>	38
2.4.2. Estados Unidos	40

2.4.2.1. A proibição à <i>unfair discrimination</i>	43
2.4.2.2. A necessidade de observância dos <i>fair and equitable standards</i>	44
2.4.2.3. A proteção ao direito individual dos credores e o <i>best interest of creditors test</i>	49
2.4.3. Alemanha – a possibilidade de invocação individual da <i>par condicio creditorum</i> e do <i>best interest of creditors</i>	52
2.5. A dificuldade na definição da <i>par condicio creditorum</i> tradicional – divergência quanto à proteção vertical da igualdade entre credores	55
3. O Papel dos Credores na Recuperação Judicial Brasileira e a Estrutura da Assembleia Geral de Credores.....	61
3.1. O papel dos credores frente à insolvência do devedor	61
3.1.1. O papel dos credores antes da LFRE.....	65
3.1.2. A LFRE e a recuperação judicial: um novo papel aos credores.....	73
A LFRE e um direito concursal colaborativo.....	77
3.2. A votação do plano na assembleia geral de credores.....	81
3.2.1. As classes de credores na assembleia geral da LFRE	83
3.2.1.1. Credores trabalhistas.....	84
3.2.1.2. Credores com garantia real	86
3.2.1.3. Credores quirografários	91
3.2.1.4. Credores micro e pequenos empresários.....	94
3.2.2. Quóruns e ratio da LFRE quanto à divisão dos credores em classes na recuperação judicial.....	97
3.2.3. Breve nota sobre as futuras alterações à LFRE.....	99

4. O Tratamento Diferenciado Entre Credores na Recuperação Judicial	101
4.1. A verificação, na prática, de subdivisões nas classes legais.....	101
4.1.1. Divisão entre credores com base no valor do crédito.....	102
4.1.2. Divisão entre credores “estratégicos” e “não estratégicos”	103
4.1.3. Divisão entre credores “financiadores” e “não financiadores”	104
4.1.3. Outros exemplos teóricos e práticos	106
4.2. Tentativas de justificação formal do tratamento diferenciado.....	107
4.2.1. A inaplicabilidade por omissão legal.....	107
4.2.2. A interpretação <i>contrario sensu</i> do artigo 58, § 2º, da LFRE	109
4.3. Da insuficiência de uma interpretação meramente formalista	112
5. A Moderna Configuração do Princípio da <i>Par Condicio Creditorum</i>	113
5.1. A evolução na função das classes de credores com o direito recuperacional: da ordem de pagamento na falência ao agrupamento de interesses comuns	113
5.2. A <i>par condicio creditorum</i> e a nova função das classes de credores	119
5.3. A adaptação da <i>par condicio creditorum</i> diante da recuperação de empresas	121
5.3.1. Tratar desigualmente os desiguais: a insuficiência de tratamento formalmente equânime	124
5.3.2. Mitigação ou evolução? O tratamento diferenciado como forma de assegurar a <i>par condicio creditorum</i>	128
5.4. O Enunciado 57 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal – manifestação concreta da moderna <i>par condicio creditorum</i>	131

6. A Importância da Liberdade Contratual na Elaboração do Plano de Recuperação Judicial	135
6.1. Um plano factível: a necessidade de assegurar à empresa recuperanda liberdade na definição de seu plano.....	135
6.1.1. Igualdade material versus preservação da empresa – um duelo de gigantes	137
6.1.2. A teoria dos <i>anticommons</i>	139
6.2. Considerações quanto aos limites de mitigação à <i>par condicio creditorum ante</i> à necessidade de preservação da empresa.....	144
7. As Consequências do Tratamento Diferenciado entre Credores na Legitimidade da Decisão Assemblear	149
7.1. O problema da rigidez das classes de credores na recuperação judicial.....	149
7.2. A perda de homogeneidade das classes legais, e as consequências para a aplicação do princípio da maioria	151
7.2.1. A subversão da lógica decisória: faz sentido manter a decisão por classes compostas por credores contemplados por tratamentos diferentes?	153
7.3. Possíveis soluções para o restabelecimento da legitimidade da decisão coletiva dos credores	158
7.3.1. A instituição de classes de credores flexíveis, estabelecidas caso a caso com base em critérios de similitude material.....	159
7.3.2. A utilização das classes de credores da falência (art. 83 da LFRE)	168
7.3.3. A apuração dos quóruns legais também nas subclasses	170
7.3.4. A extinção das classes para fins de votação: deliberação do plano por maioria simples ou qualificada de credores	172

7.4. Soluções de <i>lege lata</i> ou <i>de lege ferenda</i> ?	174
8. Breves Considerações Acerca do Papel do Poder Judiciário na Proteção ao Princípio da <i>Par Condicio Creditorum</i>	177
8.1. O papel do Poder Judiciário na recuperação judicial de empresas.....	177
8.2. O status do princípio da <i>par condicio creditorum</i> frente ao moderno direito concursal brasileiro	180
8.2.1. A importância de se estabelecer o que é “descumprimento” à <i>par condicio creditorum</i> , frente à moderna configuração do princípio	185
8.3. Breves notas sobre as atuais propostas para a alteração da LFRE	187
9. Conclusões.....	189
10. Bibliografia.....	193